

RODRIGO CARNEIRO PELLEGRINI

**ANÁLISE DA INFLUÊNCIA SINDICAL NA RELAÇÃO EMPRESA X FORÇA DE
TRABALHO NA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA**

**Monografia apresentada como requisito
parcial para conclusão do Curso de
Ciências Econômicas da Universidade
Federal Do Paraná**

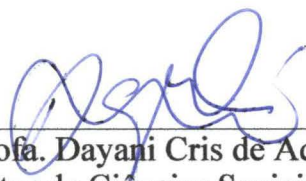
Orientadora: Dayani Cris de Aquino

**CURITIBA
2009**

RODRIGO CARNEIRO PELLEGRINI

ANÁLISE DA INFLUÊNCIA SINDICAL NA RELAÇÃO EMPRESA X FORÇA DE
TRABALHO NA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

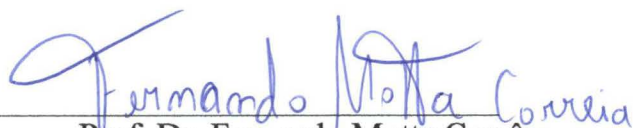
Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Orientador: Profa. Dayani Cris de Aquino
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná – UFPR



Profa. Françoise Iatski Lima
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná – UFPR



Prof. Dr. Fernando Motta Corrêa
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná – UFPR

AGRADECIMENTOS

AGRADECER A DEUS.

MINHA ESPOSA.

MEUS FILHOS.

MINHA MÃE.

MEUS IRMÃOS.

DAYANI.

Agradecer a todos que me incentivaram nos meus longos anos de curso aos professores que se superaram para transmitir o conhecimento e o discernimento econômico...

Sem palavra à minha família, a qual estive tanto tempo distante para concluir minha graduação, Gí mulher maravilhosa, Gabi, Pedro H. e Gio filhos queridos e amados.

Minha mãe Chris que sempre acreditou em mim, me cobrava sempre esse momento.

Dayani uma orientadora especial sempre incentivando e dando força, nos momentos em que baixava o desânimo, muito obrigado.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS.....	IV
LISTA DE SIGLAS	V
INTRODUÇÃO.....	1
2 REFERÊNCIAL TEÓRICO	2
2.1 A CONTRADIÇÃO ENTRE CAPITAL E TRABALHO.....	2
2.2 A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS E LUTAS SINDICAIS.....	4
2.3 LIMITES DO SINDICALISMO	5
3 REIVINDICAÇÕES	7
3.1 AUMENTO SALARIAL	7
3.2 PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS.....	9
3.3 AUMENTO DE NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS PRÓPRIOS.....	11
4 REIVINDICAÇÕES ATENDIDAS PELA PETROBRAS	12
4.1 AUMENTO SALARIAL ACORDADO	12
4.2 PARTICIPAÇÃO NOS LUCRO	12
4.3 NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS PRÓPRIOS.....	14
5 CONCLUSÃO	15
REFERÊNCIAS	16

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - COMPARATIVO ENTRE REAJUSTE SALARIAL E ÍNDICE PROPOSTO PELA FUP.....	08
GRÁFICO 2 – COMPARATIVO EVOLUÇÃO DA PLR E LUCRO DA PETROBRÁS.....	09
GRÁFICO 3 - RELAÇÃO ENTRE LUCRO, DIVIDENDOS E PLR.....	10
GRÁFICO 4 - COMPARATIVO ENTRE REAJUSTE E IPCA.....	12
GRÁFICO 5 - VALORES MÍNIMOS DA PLR.....	13
GRÁFICO 6 - FUNCIONÁRIOS PRÓPRIOS DA PETROBRÁS.....	14

LISTA DE SIGLAS

CLT – CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

CAT – COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO

D – DINHEIRO

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTUDOS
SOCIOECONÔMICOS

FT – FATOR TRABALHO

FUP – FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS

IPCA – ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO

ICV – ÍNDICE DO CUSTO DE VIDA

M – MERCADORIA

MP – MEIOS DE PRODUÇÃO

PLR – PARTICIPAÇÃO DE LUCRO E RESULTADOS

(m) – MAIS VALIA

INTRODUÇÃO

Analisando o sindicalismo no Brasil percebe-se uma evolução social na relação trabalhista, historicamente o Brasil estratificou sua classe trabalhadora no início do século XIX, outubro de 1930, considerado um marco no movimento sindical com criação e ampliação dos direitos trabalhista e reconhecimento da entidade sindical como representante legal da classe trabalhadora. A era Vargas foi marcada por um estilo político populista com a criação do salário mínimo em 1940, consolidação das leis do trabalho (CLT) 1943 e passando o controle dos sindicatos para o ministério do trabalho, com grande intervencionismo do governo mostrando um perfil “paternalista”.

Este estudo tem como objetivo analisar as relações sindicais dos trabalhadores e da indústria petroquímica Petrobrás, a partir dos anos 2000. Para tanto será traçado um parâmetro evidenciando a representatividade da classe trabalhadora organizada, em pleitos reivindicatórios e na melhoria de bem estar do trabalhador. Como objeto da análise será verificado as negociações coletivas, evolução salarial, participação nos lucros, a busca dos direitos do trabalhador por meio de uma entidade sindical que tenha maior força de negociação.

O referencial teórico que guiará o estudo é a perspectiva marxista acerca da contradição entre capital e trabalho.

Para atingir os objetivos propostos a monografia está dividida em 3 partes. A primeira apresenta um resumo do fundamento teórico que revela a contradição existente entre capitalistas e trabalhadores. A parte dois apresenta as principais reivindicações feitas pelo sindicato e a parte três analisa as reinvidicações atendidas pela Petrobrás.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 A CONTRADIÇÃO ENTRE CAPITAL E TRABALHO

O capitalismo é um modo de produção que se caracteriza por uma contradição fundamental entre as duas classes principais que ditam a dinâmica do sistema: os capitalistas, de um lado, e os trabalhadores, de outro. A distinção entre estas duas classes sociais é dada pela legitimidade jurídica da propriedade privada dos meios de produção que garante aos capitalistas a posse do capital e aos trabalhadores a venda de sua força de trabalho.

A expansão da circulação simples de mercadorias explicita a fórmula geral do capital: $D - M - D$. Aqui, o dinheiro é utilizado para comprar mercadorias, as quais serão utilizadas para produzir mais mercadorias que, posteriormente, serão vendidas. Naturalmente, na venda dessas últimas o capitalista deseja obter em troca mais dinheiro do que gastou. Assim, a fórmula geral do capital é mais bem representada por: $D - M - D'$, onde $D' = D + \Delta D$, isto é, o dinheiro inicialmente adiantado mais uma quantidade acrescida. (MARX, 1996)

Mas, se as mercadorias são trocadas por equivalentes de valor na esfera da circulação, de onde e como surge esse valor aumentado? O valor novo incorporado às novas mercadorias vem do trabalho, mais precisamente da força de trabalho, que é a única capaz de gerar valor. Já que as mercadorias, na esfera da circulação, são trocadas por equivalentes, conclui-se, portanto, que o valor não pode nascer na circulação, mas sim, na esfera da produção.

A ilustração 2.1 foi construída com base no exposto no verbete *capital* do Dicionário do Pensamento Marxista. Ela mostra, esquematicamente, a fórmula desenvolvida do capital descrevendo, ao mesmo tempo, o que ocorre na esfera da circulação e da produção.

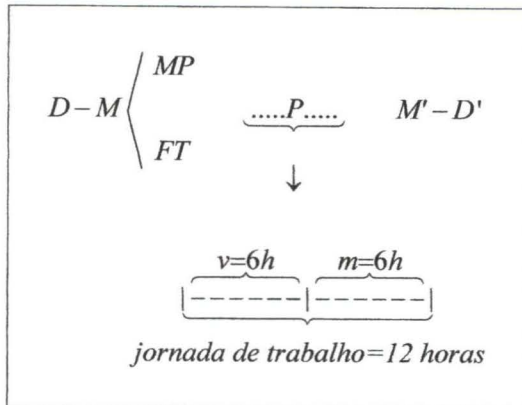


ILUSTRAÇÃO 2.1: FÓRMULA GERAL DO CAPITAL DESENVOLVIDA
 FONTE: Mohun (1988).

Na circulação, D é o dinheiro inicialmente adiantado pelo capitalista para comprar M , que representa as mercadorias necessárias para o processo produtivo. Essas mercadorias dividem-se em duas grandes categorias: os meios de produção (MP) e a força de trabalho (FT). Depois de compradas, tais mercadorias entram na esfera da produção representada por P , o *locus* da conservação e geração do valor. O trabalhador vende sua força de trabalho pelo seu valor (v) e aliena ao capitalista seu valor de uso. Assim, a força de trabalho é posta em funcionamento por um tempo maior que o necessário a sua (re) produção, gerando assim um valor a mais denominado de mais-valia (m). Após a transformação das mercadorias iniciais naquelas destinadas a futura venda e com a mais-valia incorporada a elas, retorna-se à circulação com M' representando as mercadorias com valor aumentado e D' a soma de dinheiro, também aumentada, que se verificará após a realização das novas mercadorias.

O processo de valorização do capital não ocorre na circulação, mas sim, na produção. Assim, a produção de mais-valia ocorre dentro do processo produtivo, no momento em que o capitalista põe em ação a força de trabalho. Esta é vendida pelo trabalhador, o qual recebe em troca um salário equivalente ao valor de sua força de trabalho e cede ao capitalista o valor de uso de tal força. “O valor da força de trabalho e o valor que ela cria no processo de trabalho são, portanto duas magnitudes distintas.” (MARX, 1996, p.218) É precisamente este fato que permite a geração da mais-valia, na medida em que, a duração da jornada de trabalho é tal

que o trabalhador produz o necessário para repor o valor de sua força de trabalho e, ainda, gerar um valor a mais, o qual é apropriado pelo capitalista.

A figura a 2.2 ilustra a obtenção da mais-valia, onde v é igual ao valor da força de trabalho, m é a mais-valia e a jornada de trabalho tem duração de doze horas. Note que a mais-valia aumentou de 6 h para 8 h, enquanto o valor da força de trabalho diminuiu de 6 h para 4 h. Mas, a diminuição do valor da força de trabalho só pode ocorrer quando diminui o valor das mercadorias que compõe a cesta de consumo do trabalhador. Assim, a diminuição deste valor deve ser conseguida através da introdução de novos métodos, técnicas ou equipamentos que permitam o aumento da produtividade do trabalho e o conseqüente barateamento das mercadorias que determinam o valor da força de trabalho.

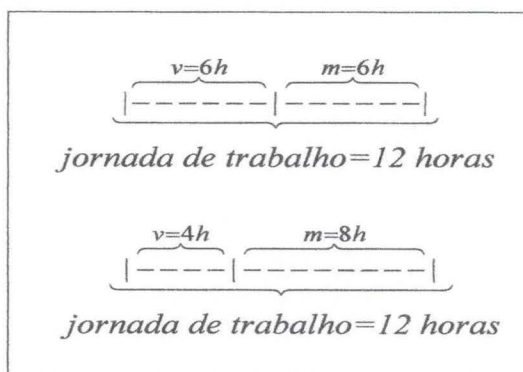


ILUSTRAÇÃO 2.2: MAIS VALIA
FONTE: Elaboração própria.

A necessidade de existência de mais-valia constitui-se, portanto, a manifestação da contradição fundamental entre capitalistas e trabalhadores. De um lado, os capitalistas necessitam extrair o máximo de mais-valia do trabalhador de modo a sobreviver diante da concorrência com outros capitalistas. De outro, os trabalhadores reivindicam sempre melhores condições de trabalho e remuneração, mas estes dois objetivos são contraditórios e irreconciliáveis gerando o que Marx chama de luta de classes. Neste contexto, os sindicatos assumem papel importante na intermediação desta luta, como será descrito a seguir.

2.2 A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS E LUTAS SINDICAIS

Marx, Engels, Lênin e Trotsky apresentaram importantes teorias sobre o movimento sindical e os limites do sindicalismo. Alves (2003) cita que Marx e Engels relataram a importância do movimento sindical em 1844 e 1845 para apoiar a classe

operária da Inglaterra, os sindicatos seriam os primeiros esforços para suprimir a ânsia dos capitalistas.

Se o industrial não contasse com uma oposição concentrada e maciça por parte de seus operários, baixaria gradualmente os níveis de salários com objetivo de elevar os lucros, a luta que, a luta que terá com seus concorrentes, outros capitalista, tenderia a reduzir os salários ao nível mínimo. (Engels¹, citado por Alves, 2003, p.48)

Marx inicia suas considerações sobre o movimento sindical na sua obra *Miséria da filosofia*, onde Marx contestou Proudhon que acreditava na missão falida dos sindicatos e estes apenas provocaria um desequilíbrio econômico e inflação, mas a idéia de Marx que tangenciava o pensamento de Engels seria a revolução social em atingir uma sociedade sem explorado e exploradores, mostrando aos operários que teriam condições de dar uma “lição de moral” no capitalista, e o sindicato teria relevância no processo que seria protagonizada pela classe operária de forma consciente e organizada. Lênin e Trotsky enfatizaram a análise de Marx e Engels, e ainda acreditavam que o sindicato seria como um partido revolucionário sendo importante para que o proletariado tivesse acesso ao conhecimento de sua missão histórica na visão socialista. Lênin formula a idéia de Engels sobre as greves “escola de guerra” mas alertava que elas não seriam a própria guerra, mas um meio de luta operária por sua emancipação. As greves é o instrumento que fortalece a luta sindical e historicamente faz parte deste movimento contra o capital, evidenciando a relevância do fator mão-de-obra no sistema produtivo.

2.3 LIMITES DO SINDICALISMO

Apesar de defender o movimento sindical os autores citados acima tinham ciência que existem alguns limites impostos pelo sistema capitalista para, Engels apontava duas como sendo os pontos de ineficácia da greve, primeiro seria a quebra de solidariedade dos operários, através de uma concorrência dentro da categoria, os chamados “fura greve” ou “pelegos” outra questão evidencia por ele seria o falta de controle sobre sistema econômico, com, por exemplo, crises econômicas, onde ocorreria desemprego, fechamento de fábricas, onde o trabalhador se sujeitaria as

¹ ENGELS, Friedrich - *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, trad. De Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti, São Paulo, Global, 1986.

condições inferiores de trabalho que ficar sem ele. Marx teria uma filosofia semelhante a Engels, Alves (2003)Pg207 cita Marx;

“...o limite do sindicalismo estão postos pela sua natureza essencialmente defensiva, isto é, a luta pela elevação dos salários (ou conta a redução) ocorre apenas como decorrência de modificações anteriores postas pelo movimento do capital...” ou seja, com isso elaboram um importante parâmetro a ser analisa em um movimento sindical, a importância da luta do trabalhador e as condições do capitalista em realizar seus lucro, criando uma referencia circular entre salários, preços e lucros.

Estabelecendo como limite do sindicalismo Alves (2003), expressa que os sindicatos podem criar barreiras ao capitalismo, mas que essas não seriam suficiente para bloquear a dinâmica do capital, enfim o poder sindical nada poderia fazer contra uma condição própria de mercadoria (força de trabalho), sobre as entranhas do capitalismo organizado. Mas o pensamento marxista faz defesa intransigente da legitimidade do movimento sindical na visão capitalista e o sindicalismo nasce com uma forma espontânea dos operários contra a usurpação dos seus direitos pelos capitalistas, as greves como principal objeto de luta pela classe mesmo que a eficiência desta seja questionável.

3 REIVINDICAÇÕES

A pauta principal das negociações sindicato/empresa esta atrelada a uma lista de necessidades que são pleiteadas pelos trabalhadores buscando melhores condições de trabalho e ganho de bem estar. No caso dos petroleiros a pauta de reivindicações é formulada em um encontro nacional com os dirigentes sindicais e delegados, que apresentam as solicitações de suas bases para determinar a negociação. Com a proximidade da data base da categoria, setembro de cada ano, a FUP (Federação Única dos Petroleiros), que representa a unificação de vários sindicatos regionais, realiza o congresso onde, além das demandas da categoria, debate assuntos gerais. Levantadas às necessidades da categoria coloca-se em votação quais reivindicações serão apresentadas à empresa, muitas das cláusulas já fazem parte do contexto histórico e apenas são formalizadas anualmente sem necessidade de debates.

3.1 AUMENTO SALARIAL

Entre as principais reivindicações da categoria dos petroleiros esta o aumento salarial, este item é o de maior destaque na pauta de reivindicações. O reajuste de salário é pontual na data base, e apenas refletem a inflação passada, com isso os trabalhadores sofrem a depreciação dos salários até o próximo reajuste, ainda segundo Marx (1983)p.331 :

...como o salário de um dia só é pago depois de realizado o trabalho de todo um dia, parece que o salário corresponde ao pagamento dessa jornada de trabalho. Era assim que os economistas políticos clássicos concebiam o salário, e tal concepção não lhes permitia explicar como o capitalista conseguia obter um LUCRO do trabalho dos operários, a menos que os sub-remunerasse.

Na explicação de Marx, os capitalistas obtêm a mais valia do trabalhador para realizar o lucro, com isso afirma que existe uma troca desigual na relação capital trabalho, portanto o trabalhador esta sendo pago pela sua força de trabalho e não pelo dia de trabalho como aparentemente é descrito, como Marx chamava é o trabalho necessário, o excedente fica como apropriação do capitalista.

O índice de reajuste esperado pelos trabalhadores, é composto em vários fatores, índice do custo de vida (ICV – DIEESE), reposição de inflação passada, perdas referentes a acordos anteriores e estimativas de ganho real para compensar a inflação futura.

TABELA 1 – REAJUSTES REINVINDICADOS, FUP, 1999-2009	
Ano	Reajuste reivindicado. %
2000 / 2001	45,72%
2001 / 2002	18,30%
2002 / 2003	7,45%
2003 / 2004	15,50%
2004 / 2005	12,81%
2005 / 2006	9,88%
2006 / 2007	10,00%
2007 / 2008	10,09%
2008 / 2009	13,75%

FONTE: FUP (Federação Única dos Trabalhadores)

Na tabela 1, os índices de reajuste salarial solicitados pela categoria, na negociação de 2000 / 2001 podemos perceber que a categoria reivindicou um reajuste expressivo além da reposição do IPCA do ano de aproximadamente 8%, a categoria solicitava a reposição de perde salarial passada, onde segundo a pauta de reivindicações os reajustes anteriores representaram uma perda na massa salarial do trabalhador.

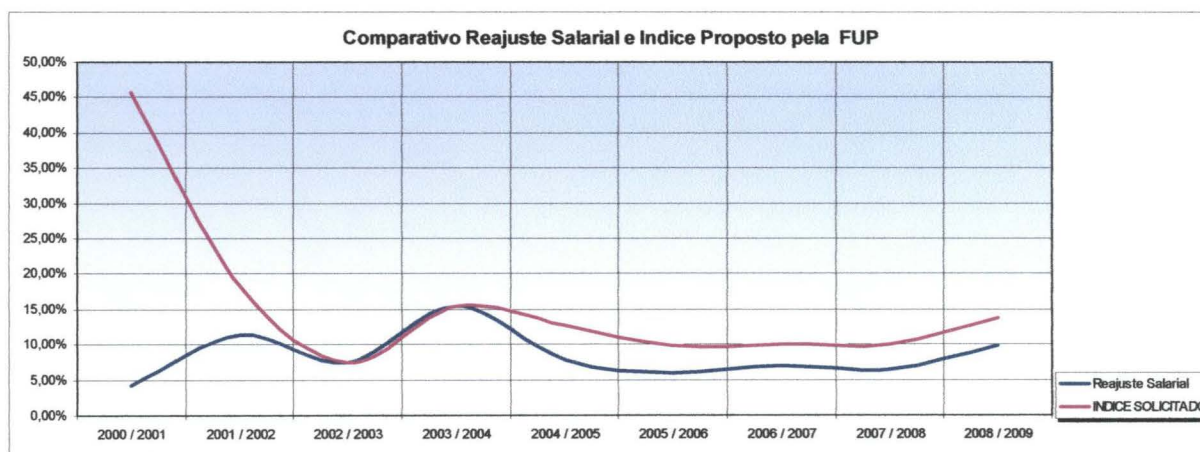


GRÁFICO 1 – COMPARATIVO ENTRE REAJUSTE SALARIAL E ÍNDICE PROPOSTO PELA FUP

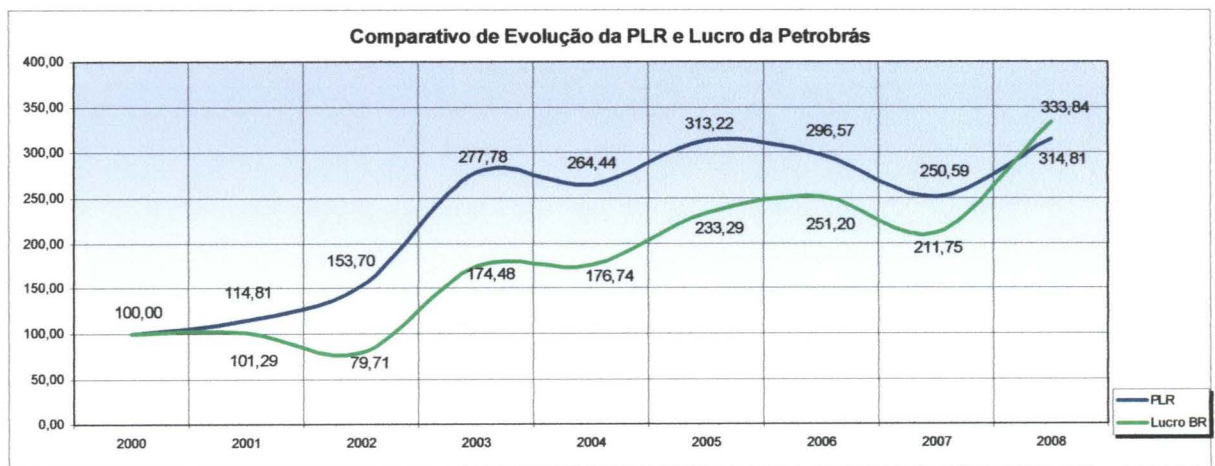
FONTE: FUP (Federação Única dos Trabalhadores) e Petrobrás

No gráfico 1 podemos perceber que ocorreu uma assimetria entre índices solicitados pela categoria e reajuste de salário nas negociações dos anos 2000 / 2001 e 2001 / 2002, após esse período ocorreu uma coerência relativa entre os índices.

3.2 PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

Outra pauta de constante luta dos trabalhadores é a participação sobre os lucros da empresa, a mais valia que lhe é de direito, segundo a teoria marxista. A FUP(Federação única dos petroleiros) defende uma participação igualitária a todos trabalhadores na divisão dos lucros, mas a Petrobrás ainda não contempla essa reivindicação, e faz uma distribuição por nível salarial de forma crescente. Atualmente a força de trabalho considera a participação nos lucros como uma forma importante de remuneração global, legalmente tem uma natureza salarial com incidência de imposto sobre a renda, mas sem extensão sobre outros impostos ou encargos.

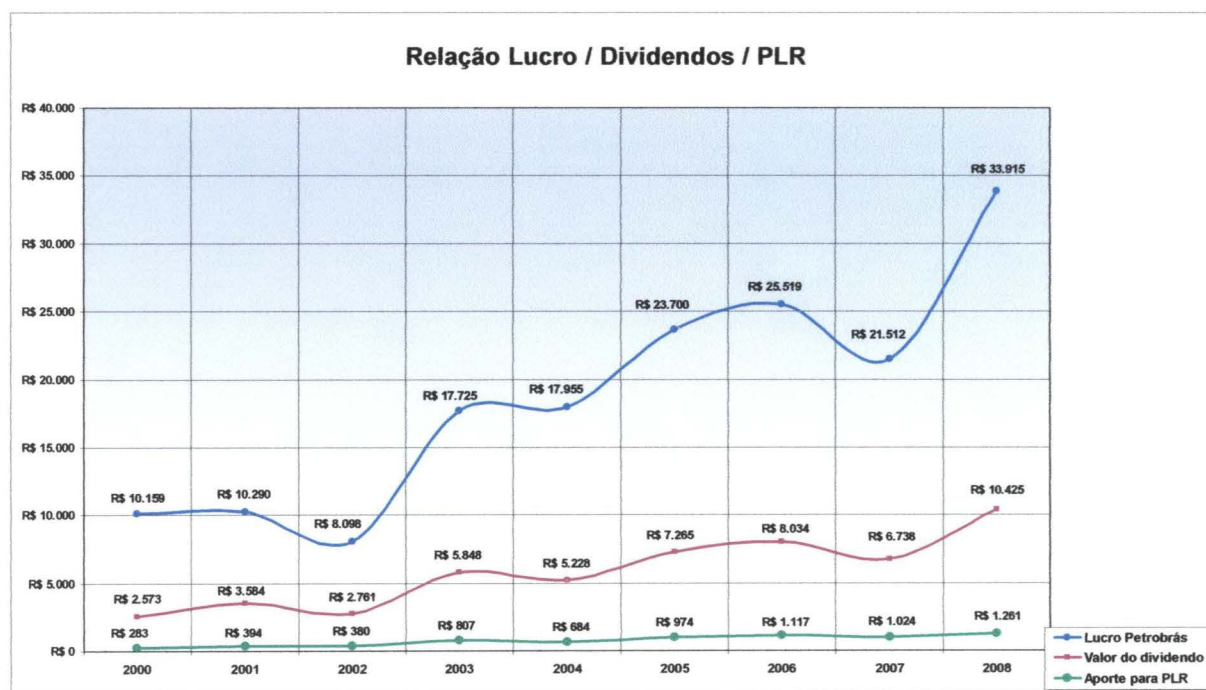
A Petrobrás não tem regras claramente definida para o valor do aporte destinado a divisão dos lucros e nem como será dividido, esse é um grande questionamento da FUP (Federação única dos petroleiros) que a empresa crie regras claras e objetivas que componham índices como produtividade, lucratividade, programa de metas e resultados com prazo pactuado entre empresa e trabalhadores. Enquanto não ocorre esse acordo de regras, anualmente após a divulgação de resultados do ano anterior ocorrem mobilizações dos trabalhadores reivindicando o posicionamento da empresa quando a definição de como será distribuído os lucros.



Números índices ano 2000 base 100

GRÁFICO 2 – COMPARATIVO EVOLUÇÃO DA PLR E LUCRO DA PETROBRÁS
 FONTE: Petrobrás acordos coletivos; Petrobrás R.I.(Relacionamento com Investidor)

No gráfico 2 a correlação entre lucro da Petrobrás e PLR em números índices com base 100 no ano 2000, representa como foi o crescimento da participação do trabalhador nos lucros e o comportamento do lucro da empresa. Nos anos 2002 e 2003, a PLR foi relativamente maior, representando um crescimento proporcional a partir de 2005 houve uma estabilidade, já no ano 2008 o crescimento do lucro da empresa representou um índice superior ao crescimento da PLR relativo ao ano base, isso pode representar uma menor atuação sindical na questão da participação do trabalhador nos lucros, o próprio cenário macroeconômico evidenciava uma crise mundial diante disso a empresa utilizou-se deste argumento para destinar um menor valor proporcional do lucro ao trabalhador, a teoria de Marx relata que o trabalhador não tem poder sobre o capital e eventuais crises econômicas, ficando sujeito a elas.



VALORES EM MILHÕES(R\$)

GRÁFICO 3 – RELAÇÃO ENTRE LUCRO, DIVIDENDOS E PLR

FONTE: Petrobrás intranet; Petrobras R.I.(Relacionamento com investidor)

O gráfico acima está representando a relação do lucro da Petrobrás, dividendos pagos aos acionistas e a participação dos trabalhadores nos lucros. Ficando bem evidente que no período pesquisado o lucro da empresa tem crescimento expressivo após o ano 2002, os dividendos apresentam um crescimento

também representativo, os lucros divididos aos trabalhadores em forma de PLR são crescentes, mas em proporção inferior aos dois outros itens. Por exemplo, se pegarmos o período de 2002 a 2008 o valor dos dividendos evoluiu aproximadamente 3,78 vezes e os aportes para PLR evoluíram 3,3 vezes, não ocorreu um acompanhamento proporcional dos valores no período.

3.3 AUMENTO DE NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS PRÓPRIOS

O aumento de efetivo de funcionários próprios também faz parte das solicitações da FUP à Petrobrás, a redução de prestadores de serviço terceirizado em cargos de atividades permanentes, substitui trabalhadores que poderiam ser próprios, e este, segundo a FUP são remunerados de forma desigual e com restrição de direitos comparados a funcionários próprios. A federação apresenta o argumento que os empregados terceirizados não receberiam o treinamento necessário para realizar trabalhos em uma planta industrial de petróleo, que representa grande risco ao trabalhador, a FUP justifica a primeirização com dados dos registros de acidentes de trabalho feito pela Petrobrás através da CAT (Comunicação de acidente de trabalho) ao ministério do trabalho, onde os empregados terceirizados representam a grande maioria dos acidentados.

Outro fator considerado pelo sindicato é de que com maior número de empregados terceirizados poderia ocorrer um enfraquecimento da categoria petroleira, fazendo com que a empresa tivesse maior poder de negociação nos acordos coletivo, representando uma perda para o trabalhador em geral.

4 REIVINDICAÇÕES ATENDIDAS PELA PETROBRAS

Neste capítulo será apresentado quais benefícios os trabalhadores da Petrobras conseguiram em seus acordos coletivos, incluído histórico de reajustes salariais a partir dos anos 2000, participação sobre lucro e redução da terceirização da mão-de-obra.

4.1 AUMENTO SALARIAL ACORDADO

Nas negociações os trabalhadores formam as pautas de reivindicações. No gráfico 2 está demonstrado como se formam os reajustes acordados entre empresa e sindicatos e também apresentam-se os valores do IPCA e ICV, índice que é utilizado para pautar as reajustes indicando o custo de vida.

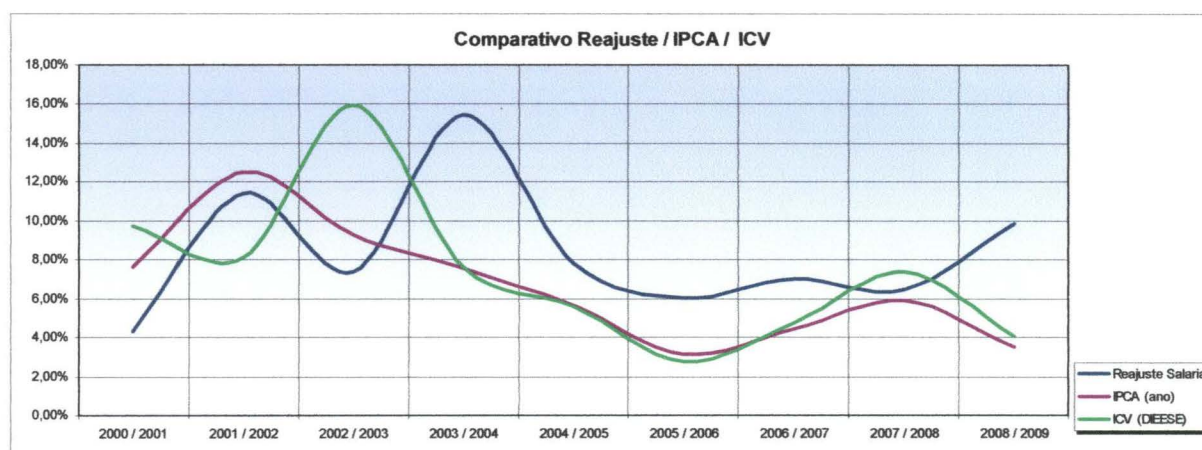


GRÁFICO 4 – COMPARATIVO ENTRE REAJUSTE E IPCA
 FONTE: Petrobrás Acordos coletivos; DIEESE; IBGE

Analisando o gráfico podemos perceber que os trabalhadores da indústria petroquímica obtiveram reajustes salariais em média acima dos índices comparativos de inflação e custo de vida, reajustes que os trabalhadores conquistaram através de mobilizações, greves e operações padrão.

4.2 PARTICIPAÇÃO NOS LUCRO

Sem regras definidas para a divisão de lucros PLR (participação de lucros e resultados) como é conhecida, fica a critério da diretoria da empresa o valor que

será destinado à divisão, então a interferência do movimento dos trabalhadores torna-se muito importante na reivindicação de seus direitos, a qual a lei assegura que a empresa de capital aberto poderá destinar um valor relativo de 25% do montante pago aos acionistas em forma de dividendos, para os trabalhadores com recompensa sobre os resultados da empresa.

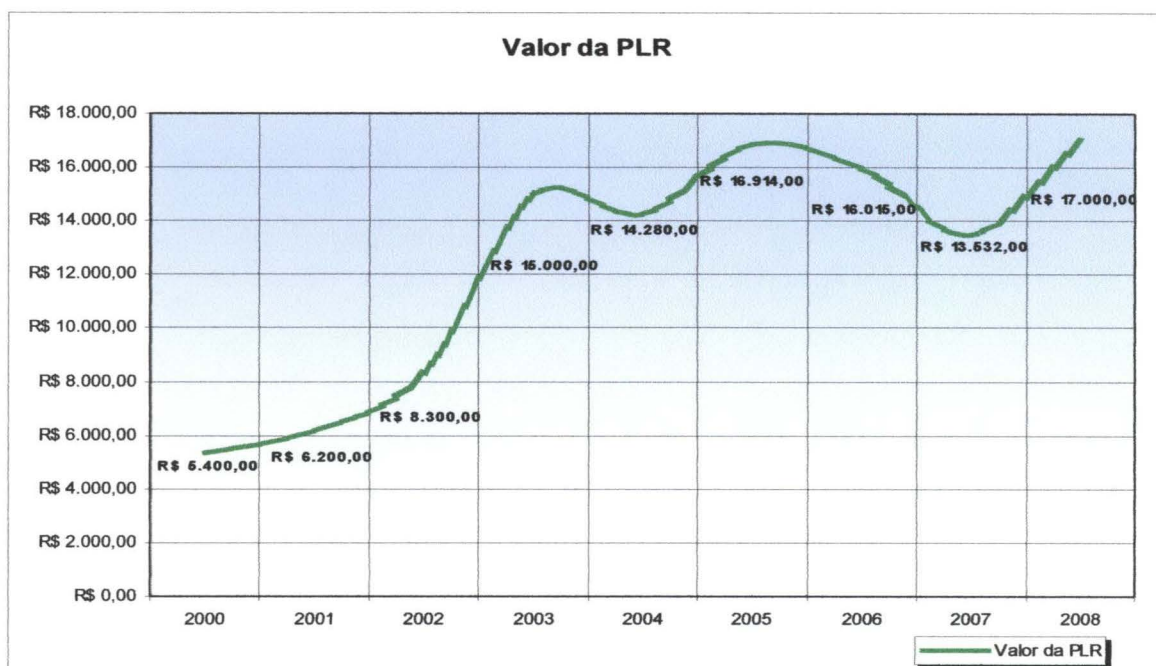


GRÁFICO 5 – VALORES MÍNIMOS DA PLR

FONTE: Petrobrás acordos coletivos; FUP (Federação única do petroleiros)

No gráfico 5, podemos concluir que houve um considerável aumento no valor mínimo da PLR distribuída aos funcionários entre o período do ano 2000 à 2008 com uma evolução de mais de 300% no valor mínimo, apesar de ocorrer neste período uma redução entre o valor mínimo e máximo pago. O avanço mais representativo foi na participação dos lucros referente ao ano de 2003, acompanhando a evolução dos lucros da empresa. A categoria ficou em greve por 4 dias para conquistar chegar a esse valor. Nos anos seguintes observamos uma variância nos valores, a empresa apropriou-se mais dos lucros nos últimos anos já que estes foram crescentes, retirou a mais valia do trabalhador.

4.3 NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS PRÓPRIOS

Como bandeira de luta sindical, a reivindicação para aumentar o número de funcionários próprios da Petrobras esteve sempre presente nas negociações sindicato e Petrobrás. Como a empresa passou por um período onde o cenário nacional demonstrava predisposição de privatizar empresas públicas durante o mandato do Fernando Henrique Cardoso², ocorre um processo de redução no quadro de funcionários, que demonstrou a intenção do governo de privatizar a empresa.



GRÁFICO 6 – FUNCIONÁRIOS PRÓPRIOS DA PETROBRÁS

FONTE: Petrobrás RH

A partir de 2003 início do primeiro governo Lula ocorreu um processo de reestruturação na direção da empresa e um novo plano de negócio foi estabelecido promovendo a expansão, com isso o número de funcionários cresceu a taxas crescentes até 2008 atingindo um nível de crescimento aproximado de 63% no período como podemos observar no gráfico 6.

O sindicato atua ativamente nesta reivindicação, formou grupo de trabalho para estudo do número mínimo de efetivo para os postos de trabalho, cobrou da empresa redução nas terceirizações e a redução da composição orgânica do capital.

² Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), período em que ocorreram mudanças no sistema de governo e econômico do país.

5 CONCLUSÃO

Entre os itens abordados podemos concluir que em alguns aspectos o trabalhador agindo de forma organizada em sua categoria pode obter ganhos na relação capital trabalho, também podemos observar que o sindicalismo tem limites diante do capitalismo como, por exemplo, diante de uma crise o trabalhador sujeita-se a receber um salário menor para não perder seu emprego.

Nas negociações coletivas dos trabalhadores da Petrobrás com a empresa tem-se mostrado positiva quando analisa o ganho real de salário, percebemos um índice de reajuste acima do índice de inflação IPCA (índice de preço ao consumidor amplo) e ICV (índice de custo de vida), mas quando analisamos a evolução de lucros da empresa podemos verificar que os reajustes dos salários não acompanham a evolução de lucros, segundo a teoria marxista o capitalista está se apropriando de parte dos lucros dos trabalhadores a mais valia.

A PLR (participação de lucros e resultados) é outra forma da qual a empresa tem usado para recompensar os esforços dos trabalhadores, na análise podemos observar que houve uma progressão de valores com o passar dos anos, mas mostrou-se inferior à evolução dos dividendos pagos aos acionistas, quer dizer uma valorização do capital em detrimento da remuneração do trabalhador.

A composição orgânica do capital é outro item debatido pelo sindicato dos petroleiros, a recomposição do número de trabalhadores após 2002 foi significativa, redução da terceirização das funções, contratação de empregados próprios, representa item efetivo em todas as negociações da FUP (federação única dos petroleiros) com a Petrobrás, os números demonstram que a empresa vem atendendo a esta reivindicação.

Em análise geral podemos perceber que os movimentos sindicais podem forçar o capitalista a fornecer melhores condições e gerar bem-estar ao trabalhador, para que o movimento tenha legitimidade de negociação com a empresa se faz necessária uma categoria unida em suas demandas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Limites do Sindicalismo – crítica da economia política, editora Práxis 2003, Livro Ebook; www.giovannialves.org/BibliotecaDigital3.htm

FUCHTNER, Hans. Os Sindicatos Brasileiros – Organização e Função Política, Editora Graal 1980.

FUP (Federação única dos petroleiros); http://www.fup.org.br/sistema_petrobras.php
acesso em: 10 de out. 2009.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 15. ed., livro I, v.1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MOHUN, Simon. (1988). **Capital**. In: BOTTOMORE, Tom. (Ed.) *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução por: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Tradução de: A Dictionary of Marxist Thought (1983).

Petrobrás, <http://www.petrobras.com.br/pt/investidores/>; acesso em: 25 nov.2009.

TYLER, Gus. A Revolução Trabalhista – Os Sindicatos numa nova América, Edições O Cruzeiro 1967.